

---

# BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA E TRANSFERÊNCIA DA INFORMAÇÃO: PROBLEMAS E PERSPECTIVAS \*

Isnaia Veiga Santana  
Biblioteca Central  
Universidade Federal da Bahia (UFBA)  
40210 Salvador, BA

## RESUMO

*Ação do governo brasileiro na área de ciência e tecnologia e seus reflexos no setor de informação. Efeitos da política educacional sobre o ensino em geral, especialmente no ensino público e na universidade. Importância da informação para a C&T, e canais de comunicação utilizados por cientistas e tecnólogos para a sua obtenção, identificados através de estudos de usuários. Repercussões da política educacional e da crise da universidade brasileira na biblioteca universitária, cujo desempenho, até o momento, não a qualifica como agente do processo de transferência de informação científica e tecnológica, e o despreparo do bibliotecário para assumir o seu papel nesse processo. O PNBu como uma das possibilidades de reversão desse quadro desfavorável, e a necessidade de que o bibliotecário se conscientize a respeito da função social da biblioteca universitária e da sua própria.*

---

## 1 \_ . INTRODUÇÃO

O acelerado desenvolvimento científico e tecnológico verificado no mundo contemporâneo tornou os países desenvolvidos detentores do saber e, em consequência, de um poder crescentemente maior sobre os países em desenvolvimento. Na perspectiva de que a soberania de uma nação fica profundamente comprometida numa relação assim desigual, os países periféricos estão cada vez mais conscientes de que o desenvolvimento econômico que perseguem depende, substancialmente, da sua capacitação científica e tecnológica.

No caso específico do Brasil, essa necessidade vem sendo percebida, sobretudo nos últimos cinquenta anos, a partir do seu processo de industrialização. Esse processo, iniciado com a substituição de importações, caracterizou-se, desde o início, pela aquisição de tecnologias já existentes nos países centrais, obtidas através de contratos restritivos, profundamente cerceadores da nossa capacidade de decidir a

respeito de questões essenciais para a nossa independência econômica. Tais contratos, além disso, impediam a transferência dessas tecnologias, já que estas nos eram fornecidas em "pacotes" fechados. Apesar de o Brasil, hoje, ocupar o oitavo lugar entre as economias do mundo ocidental, nossa situação em termos de dependência tecnológica não é muito diferente daquela verificada nesse período inicial de industrialização. Basta verificar que as empresas multinacionais aqui instaladas são responsáveis pela produção da maior parte dos bens duráveis mais modernos e de bens de capital, ou seja, aqueles que exigem mais tecnologia. No entanto, essas empresas não realizam atividades de P&D no Brasil, mas nas suas matrizes localizadas no exterior. Com isso, elas impedem a absorção de novas tecnologias pelo País, o qual, desse modo, permanece em posição subordinada.

Não se pode deixar de reconhecer, porém, as mudanças que ocorreram no Brasil na área científica e tecnológica, principalmente a partir dos anos 50, quando diversos organismos destinados a desenvolver o setor aqui foram criados, como, por exemplo, o CNPq, os centros de pesquisa e desenvolvimento, os cursos de pós-graduação, os órgãos e fundos de financiamento etc. Mas foi sobretudo nos anos 70 que a política desenvolvimentista do governo colocou na ordem do dia a necessidade de se

---

\* Trabalho de conclusão da disciplina *Ciclo da Comunicação em Ciência e Tecnologia*, do curso de especialização para bibliotecários de instituições de ensino superior (MEC/SESu/PNBU — UFBA/ Biblioteca Central), realizado em Salvador, no período de março a julho de 1988.

desenvolverem a ciência e a tecnologia nacionais. Com efeito, desde o I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND, 1972/74) até o I PND da Nova República (1986/89), o governo tem buscado atingir esse objetivo, inclusive produzindo planos específicos para o setor.

O I Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (I PBDCT, 1973/74) enfatiza a necessidade do País fortalecer sua capacidade de inovação tecnológica, desenvolver novas tecnologias e articular a C&T com os setores produtivo e social. Vale ressaltar que, neste Plano, foi prevista a implantação (que não chegou a ocorrer) de um Sistema Nacional de Informação Científica e Tecnológica (SNICT), cuja coordenação caberia ao Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD). Essa foi a primeira vez que se reconheceu, num plano de governo, a importância da informação e de seu controle para o desenvolvimento científico e tecnológico do País.

Aliás, já no II PBDCT (1976/79), afirmava-se: "A informação é elemento básico de apoio para a formulação de políticas e estratégias de governo (...) A informação científica e tecnológica tem como finalidade fornecer elementos para decisão, tanto a nível político-administrativo, como a nível técnico-científico"<sup>1</sup>. Também nesse Plano atribuiu-se ao Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), antigo IBBB, a coordenação do sistema nacional de ICT.

O III PBDCT (1980/85), que apresentava ações programadas para as diversas áreas, reiterava a importância da ciência e da tecnologia para o desenvolvimento nacional, bem como da informação como instrumento de apoio indispensável para a realização de suas atividades.

Em 1984, com base no capítulo três do III PBDCT, a Comissão de Informação em Ciência e Tecnologia, instituída pelo Conselho de Ciência e Tecnologia do CNPq, após ouvir especialistas e usuários de ICT em todo o Brasil, elaborou um documento contendo diretrizes para o setor, dando prioridade às seguintes áreas: geração de documentos primários, formação e desenvolvimento de coleções, automação de bibliotecas, bases de dados bibliográficos,

difusão e uso de informação, recursos humanos e aspectos internacionais da ICT<sup>2</sup>.

Nesse documento, ao se examinar a situação brasileira quanto aos elementos que compõem o ciclo de comunicação formal da ICT — geração do conhecimento, produção e circulação de documentos primários, processamento e disseminação da informação etc. —, constatava-se que eles não se têm desenvolvido de forma homogênea e integrada, e salientava-se que o setor público brasileiro é o responsável pela maior parte da geração, aquisição, processamento e disseminação de ICT. Mais ainda: que é na universidade pública onde se encontra o mais importante acervo de C&T em todas as áreas do conhecimento, sendo "as universidades federais as responsáveis pela maior parte da pesquisa realizada no país"<sup>3</sup>.

Como se vê, há algum tempo os documentos oficiais do governo não só reconhecem que a ciência e a tecnologia têm um papel decisivo a desempenhar no processo de desenvolvimento biblioteca universitária não se tem beneficiado constitui elemento de importância fundamental para o avanço desse setor. Paradoxalmente, a biblioteca universitária não se tem beneficiado desse novo enfoque — basta verificar o estado em que se encontra e a pouca atenção que vem recebendo por parte dos nossos dirigentes.

Neste trabalho, procuraremos examinar alguns fatores que têm contribuído para essa situação, em que medida a biblioteca universitária tem atuado no processo de transferência de ICT, e algumas perspectivas para o seu futuro no Brasil.

## 2—UNIVERSIDADE E PRODUÇÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA NO BRASIL

Qualquer abordagem da nossa universidade passa, necessariamente, pela questão mais geral da educação no Brasil, função freqüentemente relegada a segundo plano pelos governantes brasileiros, ou vítima de concepções redutoras de seu significado para a formação do ser humano.

Assim, desde que se sistematizou o planejamento governamental neste País, as prioridades do governo foram sempre econômicas, visando, inicialmente, a apoiar a expansão industrial

verificada nas décadas de 50 e 60. O Programa de Metas (1957-61), por exemplo, embora mencionasse aspectos como *despesas sociais e educação*, ignorou a questão educacional em sua fase de implementação, concentrando-se no apoio às indústrias de base<sup>4</sup>. A partir daí a educação seria incluída em todos os planos de desenvolvimento, sem que, na prática, ocorressem avanços significativos no setor. Ao contrário, nas duas últimas décadas, o que se verificou no País foi um processo de degradação do ensino — especialmente do ensino público — em todos os seus níveis. Sabe-se que as escolas públicas de 1º e 2º graus, além da oferta reduzida de vagas, ministram um ensino de baixa qualidade. Desse modo, os que têm condições de pagar por esse serviço, freqüentam escolas privadas, de nível mais satisfatório, tornando-se, assim, os candidatos "naturais" a uma vaga no ensino superior. Isso contribuiu para o agravamento do problema da desigualdade social no nosso País, pois reduz a possibilidade de um aluno de baixa renda competir com outro de melhor situação financeira na disputa do concurso vestibular para a universidade.

Todo esse quadro resulta não só dos escassos recursos destinados ao setor público de ensino, como da implementação de políticas educacionais freqüentemente contrárias aos interesses da Nação. No período do chamado "milagre econômico", por exemplo, a política educacional procurou ajustar-se aos interesses do capitalismo brasileiro que se encontrava em fase de expansão da produção e do mercado. Era preciso, então, oferecer mão-de-obra adequada às necessidades das empresas privadas nacionais e internacionais, e, para tanto, essa política objetivava instrumentalizar os estudantes para o trabalho em detrimento de uma formação mais voltada para a aquisição de um saber universal<sup>5</sup>. Nesse contexto, surgiram os cursos profissionalizantes de 2º grau e a meta de aumentar a oferta de vagas no ensino superior. No entanto, nem esses cursos atingiram suas finalidades, nem o aumento de vagas nas universidades públicas mostrou-se suficiente, o que levou o governo a buscar uma pseudo-solução para este segundo problema, autorizando a criação de diversos cursos superiores em escolas isoladas particulares, as quais, como se sabe, costumam encarar a educação como negócio e, em geral, oferecem um ensino de baixa qualidade.

As universidades públicas, ainda que de melhor nível, sofreram o peso negativo de diversos fatores, os quais provocaram sua deterioração ao longo dos últimos vinte anos. Além da intervenção violenta do Estado — expurgo de professores, cerceamento de sua liberdade de expressão e de criação, destruição do movimento estudantil etc. —, verificou-se a implantação de vestibular classificatório, instrumento inadequado para uma seleção eficiente dos candidatos; a contratação de professores pouco qualificados, em regime de 20 horas, para os quais o ensino é atividade marginal; a dissociação ensino/pesquisa, devido à resistência de professores de pós-graduação e de pesquisadores em atuarem no ensino de graduação, massificado e pouco estimulante<sup>6</sup>; e a redução das verbas para pesquisa e para a sua própria manutenção. Tudo isso contribuiu, também, para que ainda não se tenha estabelecido a necessária articulação universidade-setor produtivo e para que a sua oferta de serviços de extensão à comunidade seja bastante insatisfatória, a tal ponto que ela vem correndo sérios riscos de se tornar uma instituição de pouco peso para o País, caso não se altere esse estado de coisas.

O próprio governo da chamada Nova República já reconheceu que a situação da universidade é, no mínimo, preocupante, ao admitir que: os orçamentos universitários são insuficientes; as atividades de pesquisa são escassas e os recursos a elas destinados têm sofrido redução considerável; muitos dos equipamentos de pesquisa encontram-se inutilizados; e laboratórios e bibliotecas estão deteriorados<sup>7</sup>. No que se refere ao problema da articulação universidade-sociedade, constatou que "(. . .) são frágeis as ligações entre a pesquisa universitária e a realidade econômica e social do País. Apesar do grande interesse e motivação reiteradamente manifestados pelos pesquisadores em colocar os produtos de seu trabalho a serviço da sociedade, existem poucos mecanismos que possibilitam a efetiva utilização dos conhecimentos desenvolvidos nas universidades"<sup>8</sup>.

É verdade que essa crítica contundente era dirigida aos governos anteriores e nada garantia que a Nova República estivesse realmente disposta a reverter esse quadro, embora manifestasse a intenção de fazê-lo, pois, dentre

outras coisas, o seu I PND preconizava "a reintegração da universidade brasileira no processo de solução dos grandes problemas nacionais, como fórum de debate, centro de consulta em apoio ao desenvolvimento e espaço de criação científica e de formação de recursos humanos, preservando sua autonomia"<sup>9</sup>. Lamentavelmente, dois anos após a publicação desse documento, o que se verifica é que nenhuma dessas propostas se concretizou.

Apesar da política educacional desastrosa para a Nação (até mesmo conflitante com as metas de desenvolvimento do governo), da crise específica da universidade, é ainda nessa instituição pública, como já foi dito, que se produz a maior parte de nossas pesquisas, embora essa produção esteja muito aquém, quantitativa e qualitativamente, do que seria desejável e necessário para um país em busca de sua autonomia. Quanto à não-absorção pelo setor produtivo dos resultados dessas pesquisas — principalmente na área tecnológica —, isso se deve não somente à fraca integração universidade-empresa, mas também aos entraves burocráticos encontrados na busca do indispensável financiamento para o desenvolvimento de produtos, o que costuma resultar na chamada tecnologia "em prateleira". Cabe mencionar, ainda, que a atividade de pesquisa é seriamente prejudicada por outro fator, freqüentemente minimizado e até mesmo ignorado no País — a inexistência de canais efetivos de comunicação da informação, no âmbito da universidade e fora dela. Vale ressaltar que os problemas relativos à transferência da informação afetam não só a pesquisa mas as atividades acadêmicas como um todo, comprometendo, desse modo, o nível de desempenho da instituição.

### 3 \_ INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Na época atual, onde, sem dúvida, a produção de conhecimento atingiu níveis que superam todo o acervo acumulado nos períodos anteriores da nossa civilização, ocorre o chamado fenômeno da "explosão bibliográfica" e, como consequência, a necessidade de sistematizar, selecionar e difundir as informações existentes, visando a sua adequada utilização. Essa utilização, objetivo principal de qualquer serviço de informação, vem se tornando preocupação

dos países centrais, ao ponto de "determinadas instituições de ensino manterem centros especializados para o desenvolvimento de pesquisas e estudos que facilitem a incorporação desse conhecimento às atividades de inovação dos setores produtivos. É o caso, entre outros, do Center for Research on Utilization of Scientific Knowledge (CRUSK) mantido pelo Institute for Social Research da Universidade de Michigan, que entende que esses estudos devem dar origem a um novo campo do conhecimento: 'a ciência da utilização do conhecimento'"<sup>10</sup>.

Uma vez que a informação é hoje considerada "energia para o desenvolvimento"<sup>11</sup>, seu adequado processamento e transferência constitui-se num poderoso instrumento para a absorção de conhecimento científico e tecnológico. Daí por que vêm sendo elaborados diversos estudos no campo da ciência da informação com vistas ao entendimento do chamado ciclo de comunicação da informação em C&T, isto é, à identificação dos meios que os cientistas e pesquisadores utilizam para obter as informações necessárias ao seu trabalho e das barreiras que encontram nesse percurso.

Através de recursos dessa natureza, realizados em países centrais — basicamente, Inglaterra e Estados Unidos<sup>12</sup> —, aplicados a cientistas e pesquisadores das áreas de ciências exatas e sociais, já se têm hoje resultados concretos sobre o processo de comunicação da informação entre eles, e também das diferenças de comportamento detectadas entre cientistas e tecnólogos na busca de informação. De acordo com tais resultados, temos o seguinte perfil de comportamento desses usuários<sup>13</sup>:

- a) os cientistas da área de ciências exatas utilizam predominantemente os periódicos — também as fontes secundárias — e a comunicação com seus pares, via "colégios invisíveis", encontros, congressos etc.;
- b) os cientistas sociais utilizam, principalmente, os livros, o contato pessoal com seus pares, e acessam a literatura da área basicamente através de citações de livros e artigos de periódicos;
- c) os tecnólogos utilizam-se, principalmente, de literatura especializada não publicada, de catálogos técnicos, de normas técnicas

e patentes, de fontes secundárias e, muito freqüentemente, dos *gatekeepers*, que além da sua contribuição técnica à organização onde atuam, desempenham importante papel como elementos de ligação entre seus membros e as fontes externas de informação.

A análise desses estudos demonstra que os canais *informais* de informação têm peso considerável tanto para cientistas quanto para tecnólogos; por outro lado, tais estudos evidenciam que a maior diferença de comportamento na busca de informação se estabelece muito mais em função do *papel* que o usuário desempenha na sua instituição do que da sua área de especialização, isto é, que esse proceder se torna muito mais diferenciado quando se compara um pesquisador com um profissional, ou aquele que faz pesquisa básica com o que faz pesquisa aplicada<sup>14</sup>.

Os estudos de usuários só muito recentemente começaram a ser produzidos no Brasil, devendo-se mencionar, em nível de biblioteca universitária, a pesquisa realizada na PUC do Rio de Janeiro com professores e estudantes e a da UFRGS, que levantou as necessidades de informação dos professores<sup>15</sup>. Embora muitas outras investigações nessa área ainda precisem ser realizadas no País, a simples observação oferece indícios de que, assim como seus pares dos países desenvolvidos, também os cientistas e pesquisadores brasileiros utilizam canais informais e formais de informação e que, nessa segunda categoria, as bibliotecas e centros de documentação continuam a ter importante papel a desempenhar, porquanto se constituem, sem dúvida alguma, num dos elementos do ciclo de comunicação da informação.

#### 4 — A BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA COMO AGENTE NA TRANSFERÊNCIA DE ICT

Em 1981, o então dirigente do IBICT afirmava, em comunicação apresentada ao 2º Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias<sup>16</sup>, que:

- de modo geral, as bibliotecas universitárias possuem os mais relevantes acervos bibliográficos do País em C&T;
- grande parte dos usuários de ICT é

vinculada aos quadros docentes das universidades;

- a maioria das bibliotecas universitárias carece de recursos humanos, físicos e financeiros para adequado fornecimento de ICT.

Inserida no problemático ambiente da universidade brasileira, a biblioteca universitária também tem sofrido todas as conseqüências da situação política, econômica e social do País. Por ser o sistema educacional deficiente, ele não propicia ao brasileiro a formação do hábito da leitura e da freqüência a bibliotecas (inexistentes, aliás, na maioria das escolas de 1ª e 2ª graus); já na universidade, a baixa qualidade do ensino — ministrado muitas vezes por professores sem a devida sensibilidade para essa tarefa e que recomendam costumeira e abusivamente o uso de apostilas — não estimula o aluno a buscar outras fontes de informação, como livros, artigos de periódicos etc., existentes nas bibliotecas; a escassa produção científica de professores e pesquisadores resulta em pouca demanda, por parte desse segmento, dos serviços bibliotecários; os insuficientes recursos orçamentários da universidade o são ainda mais na parte destinada às bibliotecas, o que é perfeitamente compreensível, já que esse setor, como se vê, não tem condições de se afirmar como prioritário para a instituição. Por tudo isso, a biblioteca universitária encontra-se na situação contraditória inicialmente descrita, em que, embora detentora dos maiores e melhores acervos em C&T, com uma clientela potencial das mais importantes para o País, não dispõe dos mínimos recursos para a consecução de sua principal finalidade: a transferência da informação.

De modo geral, o maior e por vezes o único serviço oferecido pela biblioteca universitária brasileira é o de empréstimo e consulta de livros aos estudantes de graduação. Um dos aspectos mais danosos dessa situação está no fato de que ela é encarada com naturalidade tanto pelos dirigentes e pela comunidade universitária em geral quanto pela maioria dos bibliotecários — os primeiros, por ignorarem que outros serviços poderiam obter desses órgãos e por considerá-los, essencialmente, um depósito de livros ao qual se recorre apenas quando é indispensável um empréstimo; os segundos,

porque já se acomodaram ao estado de indigência das bibliotecas, como se essa situação fosse imutável e irreversível.

Vale a pena lembrar que a lei nº 5 540, de 28/11/68 — a lei da reforma universitária — não menciona, "nem de passagem, a biblioteca universitária"<sup>17</sup>. Essa omissão, e tudo o mais que já foi dito, pode levar qualquer observador a concluir que o Conselho Federal de Educação, ao condicionar o reconhecimento de um curso superior à existência de uma biblioteca, estaria apenas cumprindo uma das inúmeras formalidades burocráticas do Estado brasileiro. Não é de estranhar, pois, que a biblioteca universitária tenha dificuldade de realizar até mesmo suas atividades mais elementares.

Assim, no que se refere à seleção e aquisição do acervo, só recentemente, e em número reduzido, algumas de nossas bibliotecas passaram a se apoiar numa política de formação e desenvolvimento de coleções; a maioria sequer adquire material informacional visando a oferecer suporte *realmente adequado* aos cursos oferecidos pela instituição, às suas linhas de pesquisa, às suas atividades de extensão; falta-lhes, também, uma Comissão de Seleção, integrada por bibliotecários e por representantes dos corpos docente e discente. Por outro lado, muitas delas ainda não constituem um sistema, coordenado por uma Biblioteca Central ou órgão semelhante, que efetivamente centralize o processo de aquisição e evite a duplicação de acervos e de recursos. Não se deve esquecer, além disso, que a posição subalterna ocupada pela biblioteca no contexto universitário representa um obstáculo considerável para a consecução de tais objetivos.

Já o processamento da informação, fundamental para que esta se torne acessível aos usuários, constitui-se num ponto de estrangulamento na maioria das nossas bibliotecas — basta lembrar que, segundo o *Anuário Estatístico do Brasil de 1983*, existiam nas bibliotecas das universidades brasileiras, em 1979, mais de "3 milhões de livros não catalogados"<sup>18</sup>. Sabendo-se que a situação dessas bibliotecas pouco alterou daquela data até o momento, é de se supor que, na melhor das hipóteses, o número de livros não disponíveis aos usuários permaneça o mesmo. No entanto, dirigentes, professores e estudantes, nos raros períodos em que se ocupam da problemática

das bibliotecas, preocupam-se apenas com a obtenção de maiores verbas para a aquisição de material bibliográfico (ao lado da reivindicação esporádica de horário de atendimento ampliado e de funcionamento aos sábados e domingos). Essa visão distorcida resulta do desconhecimento a respeito da função da biblioteca universitária e do bibliotecário — não se tem a menor idéia de que, mesmo apenas para se encontrar um livro (não se fala ainda de conteúdo, de informação propriamente dita) num depósito, é necessária toda uma atividade técnica que precede sua colocação na estante, e isso é tanto mais verdadeiro quanto maior se torne o acervo.

Sendo essa a situação das atividades-meio, não se pode esperar que as atividades-fim, isto é, os serviços aos usuários, encontrem-se em melhores condições.

Em artigo de 1978, Granja afirmava que "poucas bibliotecas universitárias brasileiras poderiam ser consideradas 'centros de informação' e (...) não têm gerado informação científica em nenhum estágio de suas atividades"<sup>19</sup>. Relatando um estudo realizado àquela época em 15 bibliotecas da USP, informava que somente sete delas contavam com bibliotecário de referência e, destas, só duas realizavam disseminação seletiva da informação; na verdade, apenas cinco das bibliotecas pesquisadas possuíam um serviço de referência estruturado<sup>20</sup>.

Quase dez anos depois, outro estudo verificou que a situação não é muito melhor em outras bibliotecas do País. Os dados levantados referem-se a 11 Bibliotecas Centrais com um total de 116 setoriais, mais cinco Bibliotecas Centrais sem setoriais, o que significa um total geral de 132 bibliotecas pesquisadas. De acordo com os resultados, a grande maioria limita-se aos serviços básicos de referência, ou seja, assistência ao usuário (94,8%), comutação bibliográfica (86%), levantamento bibliográfico (65,6%) etc. Um número bem menor publica boletins bibliográficos (33,2%), sumários correntes (26,8%), realiza exposições de material bibliográfico (20,4%) e serviço de DSI (19,6%)<sup>21</sup>.

Conclui-se, então, que a biblioteca universitária brasileira pode vir a se tornar um elemento irrelevante no processo de transferência da informação, superada pelos canais informais, o

que, pelo menos até o momento, não se constitui em meta a ser atingida por nenhuma sociedade moderna.

Com efeito, ela não oferece serviços referenciais, os serviços de alerta são mínimos e os escassos recursos financeiros não lhe permitem o acesso a bases de dados e/ou a integração a sistemas automatizados. Além disso, não conhece suficientemente as necessidades de informação dos seus usuários, não só porque precisa ainda realizar estudos nessa área, como também porque não participa da estrutura de poder da universidade. Para tanto, seria necessário que o bibliotecário integrasse órgãos colegiados, tanto em nível das unidades de ensino quanto da administração superior, a fim de se inteirar das atividades acadêmicas, opinar sobre questões que afetam o desempenho da biblioteca e, em última análise, conquistar um espaço político que permita a esse órgão obter os recursos necessários ao cumprimento efetivo de suas finalidades.

É preciso salientar, contudo, que a precariedade da biblioteca universitária não se deve apenas a fatores externos, mas também a problemas específicos de sua organização interna, a começar pela falta de planejamento de suas atividades: a maioria das nossas bibliotecas funciona à base do empirismo e da improvisação na solução de questões emergentes; a coleta de dados estatísticos relativos aos seus serviços é realizada apenas para cumprir a obrigação de elaborar relatórios de atividades, e não como instrumento para a tomada de decisões que visem a sua melhoria; ao lado disso, a inexistência de padrões de desempenho dificulta a possível análise desses dados.

Um dos mais sérios problemas, porém, e do qual deriva uma série de outros, encontra-se no despreparo do bibliotecário para assumir o papel que lhe cabe no processo de transferência da informação,

#### 4.1 — O BIBLIOTECÁRIO

De modo geral, o bibliotecário não está capacitado para contribuir para a mudança desse quadro desfavorável à biblioteca universitária porque, "entre a possibilidade de intervir, assumir lideranças e propor soluções inovadoras ou alternativas, resta a ele, por falta

de opções, um comportamento omissivo, dependente e acomodado frente a situações e condições institucionais difíceis e adversas. Ele precisa ser instrumentalizado para argumentar, para buscar caminhos de participação consequente"<sup>22</sup>.

Essa incapacidade não decorre apenas de formação profissional inadequada, resultante de todo um sistema educacional deficiente, mas também do fato de que o bibliotecário encontra-se alheio tanto ao ambiente institucional da biblioteca universitária quanto ao contexto social, político, econômico e cultural de sua região e do País. Isto o faz um profissional pouco consciente da função social da biblioteca e da sua própria, limitado, quando muito, à aplicação de técnicas biblioteconômicas e à realização de serviços deficientes, tanto do ponto de vista da qualidade quanto da sua adequação às demandas e interesses da comunidade.

A visão reduzida da realidade, a falta de uma razoável base cultural, o desconhecimento de idiomas estrangeiros, como, por exemplo, o espanhol e o inglês, dificultam o diálogo bibliotecário/dirigente/docente/pesquisador e, evidentemente, o processamento e a transmissão da informação. Todas essas deficiências, agravadas pela posição inferior da biblioteca na hierarquia universitária, contribuem para que o bibliotecário seja considerado pela comunidade acadêmica como um profissional de segunda classe, entre "secretário e supervisor de depósito"<sup>23</sup>.

Tal situação deveria ser suficiente para levar as instituições envolvidas a implementarem programas de reciclagem e aperfeiçoamento dos bibliotecários. Infelizmente, as estatísticas têm revelado o contrário: segundo o estudo mais recente aqui mencionado, de um total de 477 bibliotecários, 60% têm apenas cursos de extensão universitária e 24,5% cursos de aperfeiçoamento; somente 2,9% fizeram mestrado e 0,2%, doutorado; finalmente, 8,6% não se submeteram a qualquer treinamento/aperfeiçoamento"<sup>24</sup>.

#### 4.2 — NOVAS PERSPECTIVAS

A implantação do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU), em 1986, abre novas perspectivas para todos aqueles que se

preocupam com o desempenho dessas bibliotecas no País. Com efeito, é lícito supor que suas diretrizes e ações, caso se concretizem, produzirão mudanças significativas nesse setor e, conseqüentemente, no próprio processo de comunicação da informação na universidade. Alguns dos seus objetivos merecem especial destaque:

- estabelecimento de um percentual mínimo do orçamento da universidade a ser aplicado no sistema de bibliotecas;
- aperfeiçoamento contínuo do bibliotecário e do pessoal de apoio;
- elaboração de instrumentos que auxiliem a biblioteca universitária na elaboração da política de formação e desenvolvimento de coleções;
- estabelecimento de normas, padrões e metodologias que propiciem um eficiente processamento técnico;
- desenvolvimento de uma rede de intercâmbio de dados bibliográficos e documentários, com um grande banco de dados central, visando a catalogação cooperativa, o empréstimo entre bibliotecas, a comutação bibliográfica etc.
- divulgação de metodologias para o levantamento das necessidades de informação dos usuários;
- integração das bibliotecas universitárias em programas cooperativos de aquisição, sistemas especializados etc.

Alguns projetos do PNBu já se encontram em execução, como o BIBLOS e o PAP, ambos orientados para a recuperação dos acervos das bibliotecas no que se refere a livros e a periódicos, respectivamente. Outro exemplo é o curso de especialização para bibliotecários de IES, cujo conteúdo programático visa precisamente a dotar o bibliotecário de uma visão mais abrangente do contexto político, social e econômico onde atua, além de procurar capacitá-lo para o desempenho das suas funções em novo patamar de qualidade.

Uma das recomendações do 5º Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias, em 1987, foi a de que o PNBu apoie o sistema BIBLIODATA/CALCO da Fundação Getúlio Vargas como unidade central nacional de rede de catalogação cooperativa, e que promova a obtenção de recursos, independentemente

daqueles orçamentários, através de agências nacionais e internacionais<sup>25</sup>. Caso o PNBu venha a liberar recursos para que as bibliotecas possam realizar sua catalogação via BIBLIODATA, terá sido dado um grande passo para a solução do problema de acessibilidade aos seus documentos.

Quanto a iniciativas próprias da biblioteca universitária, e que não demandam grandes volumes de recursos financeiros, algumas ações poderiam ser implementadas desde já, como, por exemplo:

- estudos dos usuários locais — cientistas e pesquisadores — visando a conhecer suas necessidades de informação, os canais que utilizam para obtê-las, e identificar *gatekeepers*;
- implementação e manutenção de instrumentos de registro e acompanhamento das pesquisas em processo na universidade;
- estudos de citações dos trabalhos produzidos na instituição, através de técnicas bibliométricas;
- estudos bibliométricos do acervo, a partir da contagem das citações incluídas em trabalhos técnico-científicos, teses e dissertações da comunidade universitária, visando a identificar o *núcleo* da coleção de periódicos, isto é, os títulos cuja aquisição seja indispensável para atender às necessidades de informação dos usuários de cada área de conhecimento.

Esse tipo de ação tornará a biblioteca universitária detentora não só de acervo necessário à produção e transmissão do conhecimento, mas também de indicadores dessa mesma produção, constituindo-se, desse modo, numa fonte de referência para a universidade e para organismos governamentais da área de C&T que desejem *avaliar a* produtividade de cientistas, pesquisadores e professores.

A montagem de serviços referenciais é também fundamental, já que, não sendo possível a auto-suficiência, as bibliotecas precisarão contar com instrumentos que lhes permitam encaminhar o usuário a outros canais de informação, formais ou informais.

A biblioteca universitária, portanto, poderá transformar-se num efetivo centro de informação,

que não só atenda aos seus usuários habituais, mas que se faça procurar por aqueles que ainda não o fazem, mediante a utilização dos diversos instrumentos de alerta e de divulgação já conhecidos, associando-se, inclusive, a profissionais e/ou a estudantes de comunicação para a elaboração de material publicitário.

## 5 — CONCLUSÃO

Embora o PNBu represente uma possibilidade concreta de avanços para a biblioteca universitária, não se pode minimizar a crise econômica por que passa o País, a qual, certamente, prejudicará a execução de muitos dos seus projetos.

Além disso, não se deve esquecer os graves problemas, de caráter estrutural, que atingem a sociedade brasileira, pois, evidentemente, não se pode pretender dispor de excelentes bibliotecas — sejam elas públicas, escolares ou universitárias — num país onde se verificam, por exemplo, altos índices de miséria e de analfabetismo.

Por outro lado, a luta a ser empreendida pelos brasileiros para realizarem as profundas transformações de que a nação necessita, não invalida a busca incessante de melhorias, ainda que parciais, no nosso sistema educacional, na universidade e em suas bibliotecas, pois essas conquistas irão contribuir para a própria consecução do objetivo maior. Nesse sentido, é preciso fazer com que a biblioteca universitária — e seus bibliotecários — se integre no processo de transmissão do conhecimento, e, conseqüentemente, participe da formação do indivíduo crítico, do agente ativo consciente dos seus direitos e de seus deveres; e que num tempo não muito distante, tanto a universidade quanto a biblioteca universitária brasileira venham a ser identificadas como instrumentos efetivos para o alcance da cidadania plena.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- <sup>1</sup> BRASIL. Presidência da República. // *Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico 1976/79*. s.n.t. p. 187.
- <sup>2</sup> CNPq. *Programmed action in science and technology*, 29. *Information: directives*. Brasília, 1984. p. 16.
- <sup>3</sup> CNPq, op. cit., p. 21-2.
- <sup>4</sup> TARAPANOFF, Kira. Planejamento de e para bibliotecas universitárias no Brasil; sua posição sócio-econômica e estrutural. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 2. Brasília, 1981. *Anais...* Brasília. CAPES. 1981. p. 10-11.
- <sup>5</sup> FREITAG, Bárbara *Escola, Estado. Sociedade*. 6. ed. rev. São Paulo, Moraes, 1986. p. 107-8.
- COELHO, Edmundo Campos. Ensino e pesquisa: um casamento (ainda) possível. In: SCHWARTZMAN. Simon & CASTRO, Cláudio de Moura, orgs. *Pesquisa universitária em questão*. Campinas, Unicamp, ícone, 1986. p. 104-5.
- <sup>7</sup> BRASIL. Presidência da República. *I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República — 1986-89*. Brasília, 1986. p. 198.
- <sup>8</sup> BRASIL. Presidência..., 1986, op. cit., p. 63.
- <sup>9</sup> BRASIL. Presidência..., 1986, op. cit., p. 202.
- <sup>10</sup> PEREIRA, Maria de Nazaré Freitas. Geração, comunicação e absorção de conhecimento científico-tecnológico em sociedade dependente. Um estudo de caso: o Programa de Engenharia Química — COPPE/UFRJ — 1963-1979. *CL Inf.*, 10(2):9-25, 1981. p. 11.
- <sup>11</sup> PEREIRA, M. de N. F., op. cit., p. 11.
- <sup>12</sup> KREMER, Jeannette M. Fluxo de informação entre engenheiros: uma revisão de literatura. *R. Esc. Bibliotecon. UFMG*, 9 (1): 7-41, mar. 1980. — SCHLEYER, Judith R. O ciclo da comunicação e informação nas ciências sociais. *R. Esc. Bibliotecon. UFMG*, 9 (2): 225-43, set. 1980.
- <sup>13</sup> KREMER, J. M. e SCHLEYER, J.R., op.cit.
- <sup>14</sup> SCHLEYER, J.R., op.cit. p. 237.
- <sup>15</sup> ANDRADE, Diva C. Necessidades de informação dos usuários de bibliotecas universitárias brasileiras. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS (4º: 1985: Campinas). *Anais...* Campinas, Unicamp, 1985. p. 26-7.
- <sup>16</sup> AGUIAR, Afrânio C. Diretrizes do IBICT e suas interferências no planejamento de bibliotecas universitárias. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 2. Brasília, 1981. *Anais...* Brasília, CAPES, 1981. p. 61.
- <sup>17</sup> LEMOS, Antônio Agenor Briquet de & MACEDO, Vera Amália Amarante. Posição da biblioteca na organização operacional da universidade. *R. Esc. Bibliotecon. UFMG*, 4 (1): 40-51, mar. 1975. p. 41.
- <sup>18</sup> CUNHA, Murilo Bastos da. Rede de dados bibliográficos no Brasil: uma necessidade real. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS. 5. Porto Alegre, 1987. *Anais...* Porto Alegre, Biblioteca Central da UFRGS, 1987. v. 2, p. 73.
- <sup>19</sup> GRANJA, Elza Corrêa. A biblioteca universitária e sua

contribuição para o desenvolvimento da pesquisa científica. *R. Bras. Bibliotecon Doc*, 11 11(1/2): 17-20, jan./jun. 1978. p. 18-9.

- <sup>20</sup> GRANJA, E. C., op. cit., p. 19.
- <sup>21</sup> PASQUARELLI, Maria Luiza Rigo. Análise da estrutura organizacional das bibliotecas universitárias. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 5. Porto Alegre, 1987. *Anais...* Porto Alegre, Biblioteca Central da UFRGS, 1987. v.2, p. 113.
- <sup>22</sup> PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro & PEREIRA, Maria de Nazaré Freitas. Mudando os rumos da participação bibliotecária: uma proposta para curso de especialização de bibliotecários de instituições de ensino superior. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 5, Porto Alegre, 1987. *Anais...* Porto Alegre, Biblioteca Central da UFRGS, 1987. v.1, p. 12.
- <sup>23</sup> PINHEIRO, L. V. R. & PEREIRA, M. de N. F., op.cit., p. 109.
- <sup>24</sup> PASQUARELLI, M. L. R., op. cit., p. 108.
- <sup>25</sup> RECOMENDAÇÕES, do 5º SNBU. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 5, Porto Alegre, 1987. *Anais...* Porto Alegre, Biblioteca Central da UFRGS, 1987. v.2, p. 278.

## UNIVERSITY LIBRARY AND INFORMATION TRANSFER: PROBLEMS AND PERSPECTIVES

### ABSTRACT

The action of Brazilian government on the area of science and technology and its reflection in the field of information. The effects of Brazilian educational policy upon teaching in general and public teaching system and university in special. The importance of information to science and technology, and the channels of communication made use of by scientists and technologists to obtain it, identified through users studies. The effects of educational policy and the crisis in Brazilian university upon the university library, the performance of which up to the present has not qualified it as an agent in the process of transference of scientific and technological information, and the lack of qualification of the librarian to assume his role in that process. The PNBU as one of the possibilities of reversing that adverse picture and the necessity that the librarian be aware of the social function of the university library and of his own.